

## A PRISÃO: UM MICROCOSMO DO BRASIL NAS REPRESENTAÇÕES DE GRACILIANO RAMOS

*Tânia Nunes Davi<sup>1</sup>*

**Resumo:**

Este artigo discute algumas das representações sobre o governo autoritário de Getúlio Vargas, tecidas por Graciliano Ramos, no livro “Memórias do Cárcere” (1953). O autor construiu uma metáfora da sociedade brasileira que encarcera, mas não suprime o desejo de liberdade e da denúncia dos porões do arbítrio.

**Palavras-chave:** História – Literatura – representações

**Abstract:**

This article discusses some representations about the authoritarian Leabershie of Getúlio Vargas mentioned by Graciliano Ramos, in his book “Prison Memories”(1953). The author created a metaphor about the Brazilian society that incarcerates but does not suppresses the desire of freedom and of denunciation of the boat’s hold of repression.

**Key words:** History – Literature – representation

O presente artigo nasceu no bojo de uma produção de pesquisa que remonta nossa graduação e que está estendendo-se a Dissertação de Mestrado. Quando da graduação empreendemos duas pesquisas calcadas na obra literária de Graciliano Ramos – *Memórias do Cárcere* -, ambas resultaram na produção de monografias, sendo que uma teve como objeto único de investigação o livro e na outra expandimos nossa pesquisa, abrangendo a relação representativa entre o livro e o filme.<sup>2</sup>

Neste texto trataremos da relação estabelecida entre a História e a Literatura, sendo que nosso intuito, ao utilizar uma obra literária, no caso *Memórias do Cárcere*, adentrou pelas formas de compreender as representações tecidas pelos sujeitos sociais em um determinado período, passou pela busca da compreensão da relação História e Literatura, ficção e realidade, assim como do entendimento dos meandros da criação literária e seus laços com a cultura política. Isso porque queríamos perceber como o arcabouço sócio-cultural, político e temporal influenciou Graciliano Ramos, ao escrever seu testemunho sobre os anos

---

<sup>1</sup> Professora do curso de Administração da FUCAMP, Mestranda em História na Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>2</sup> O livro *Memórias do Cárcere* foi editado em 1953, após a morte de Graciliano Ramos. O filme homônimo do cineasta Nelson Pereira dos Santos foi lançado em 1984.

imediatamente anteriores ao Estado Novo, um dos períodos repressivos e ditatoriais da história republicana brasileira, no qual se construiu um imaginário social permeado por questões como o nacionalismo, a modernização da economia e o populismo em torno da figura de Getúlio Vargas.

*Memórias do Cárcere* é o testemunho literário de Graciliano Ramos sobre o período anterior ao Estado Novo no qual Getúlio Vargas e seus asseclas colocaram atrás das grades centenas de brasileiros que se opuseram ao governo. Após a Intentona Comunista de 1935, qualquer pessoa que fosse militante da esquerda, abertamente simpatizante, denunciado por algum comportamento anti-patriótico ou suspeito poderia ser encarcerado. Dezenas passaram pelos mesmos infortúnios do escritor, ser preso em casa, percorrer várias instituições penais, sofrer todo tipo de degradação e rebaixamento da condição humana e nem mesmo ser fichado, interrogado ou indiciado.

Graciliano Ramos é um dos maiores escritores nacionais e dos mais difíceis de serem enquadrados em uma corrente literária. Não se portando como um “escravo” dos modismos literários e mercadológicos de sua época, o escritor tinha como meta produzir obras dentro de um rigor gramatical impecável, no qual a inovação estética e temática era uma constante preocupação. Seu primeiro romance publicado foi *Caetés* (1933), seguido de *São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936), *Vidas Secas* (1938), *Infância* (1945) e *Memórias do Cárcere* (1953); só para citar os mais conhecidos. Sua obra já foi traduzida em três dezenas de línguas, sendo que *São Bernardo*, *Vidas Secas* e *Memórias do Cárcere* foram adaptadas para o cinema<sup>3</sup>.

O escritor nasceu no final do século XIX em Quebrângulo – AL e, antes de ser preso pela polícia política de Getúlio Vargas, em 1936, havia exercido diversas profissões. Foi dono de loja, professor, prefeito de Palmeira dos Índios (AL), diretor da imprensa oficial do estado e da instrução pública (cargo correspondente ao de secretário da educação). Além disso, fazia parte de grupos literários em Maceió e era simpatizante do movimento comunista<sup>4</sup>, mesmo sendo, no seu próprio dizer, “um revolucionário chinfrim” (RAMOS, 1996: I, 52) que, apesar de ambicionar “a desgraça do capitalismo”, usava contra ele apenas “alfinetes” (RAMOS, 1996: I, 46), na forma de sua escrita, de suas obras.

Ao ser informado, por meio de “misteriosos telefonemas, com veladas ameaças” (RAMOS, 1996: I, 38), que lhe procuravam o endereço e que seria preso, Ramos viu na prisão uma forma de fugir de uma vida conjugal tumultuada e encontrar tranquilidade para escrever. Tinha uma visão romântica sobre os cárceres, os interrogatórios a que seria submetido e o

<sup>3</sup> São Bernardo foi adaptado em 1973, por Leon Hirszman e Nelson Pereira dos Santos adaptou *Vidas Secas*, em 1963, e *Memórias* em 1984.

<sup>4</sup> Graciliano só ingressou no PCB em 1945 e, apesar das pressões e desentendimentos pelos posicionamentos estéticos e políticos dogmáticos do Partido, nele permaneceu até sua morte em 1953.

tempo curto que ficaria preso, mas que lhe seria útil para escrever um livro que tratasse dos encarcerados, uma vez que o seu processo criativo passava pelo abalancamento de “expor a coisa observada e sentida”.(RAMOS, 1996: I, 61) Porém, já no momento inicial da prisão começou a perceber que as suas “prerrogativas bestas de pequeno-burguês iam cessar, ou tinham cessado”.(RAMOS, 1996: I, 48). Elas não só cessaram como ele se viu rebaixado e aviltado como ser humano. A cada transferência de cadeia sua condição de existência piorava, ele foi sendo despersonalizado, até que chegou a Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande – RJ, na qual foi transformado em apenas mais um número, como todos que ali estavam.

Por meio dos sujeitos que encontrou ao longo desta trajetória, Graciliano teceu suas representações sobre a sociedade brasileira em *Memórias do Cárcere*. Nossa intenção neste artigo é resgatar estes sujeitos, mostrando como eles, através de seus universos sócio-culturais, de suas idéias, atitudes, práticas e aspirações são representativas das categorias sociais a que pertencem.

Ramos era homem acostumado a atravessar intempéries emocionais e econômicas, a ver as desgraças geradas pela seca, tendo passado pela dor da morte da primeira esposa e a derrocada econômica de seu negócio em Palmeira dos Índios (a Loja Sincera), mas não estava preparado para os horrores que presenciou nas diversas prisões pelas quais passou. Tanto que fechou-se em si mesmo, recusando alimentação nos porões do navio Manaus<sup>5</sup> e na Colônia Correcional, enovelando-se para não sucumbir, escrevendo e fumando sem parar para permanecer lúcido.

O testemunho que o escritor legamos da prisão constitui-se em um exemplo das memórias silenciadas por vários anos, mas que, cedo ou tarde, fazem-se ouvir. Em *Memórias do Cárcere*, Ramos construiu toda uma galeria de personagens que são representativos da diversidade sócio-cultural do país, legando-nos um testemunho cujas vozes

penetram o silêncio do esquecimento, como letras na pedra difíceis de se apagar. Sempre que se quiser suprimir da história a Colônia Correcional, aí estarão Gaúcho, Graciliano (...), Cubano, o diretor, os preso políticos, os presos comuns, os guardas prisioneiros, toda a galeria de oprimidos, para evitar que isso aconteça, para lutar contra o esquecimento proposital ou simplesmente decorrente do cansaço. (BASTOS, 1998:32)

---

<sup>5</sup> O navio Manaus foi o meio de transporte que levou o escritor e mais trezentos outros nordestinos para o Rio de Janeiro, em condições insalubres de higiene e alimentação.

Para construir o seu relato, Graciliano precisou distanciar-se temporal e emocionalmente dos acontecimentos de sua prisão para redigir seu relato. Escreveu duas versões em 1937, que ficaram inacabadas e uma última entre janeiro 1946 e setembro de 1951, que é a que foi editada. (NERY, 1995:27) Por quê demorar tanto tempo para colocar no papel o seu testemunho sobre um dos momentos mais repressivos de nossa história? Por quê não fez uso da memória “fresca” dos acontecimentos?

Primeiramente, devemos levar em conta que a memória também é construção, e que uma experiência como a que Ramos legou-nos, deixa marcas profundas em que a vivenciou. Este período foi tão significativo que o próprio escritor disse que sentia-se morto, mas que foi ressuscitando aos poucos ao deixar a prisão. (RAMOS, 1996: I, 35) Foram-lhe necessários alguns anos para que pudesse sintetizar, refazer, reviver, reorganizar e repensar os acontecimentos para que estes pudessem ser reconstruídos ficcionalmente. Outro fator que não pode ser desconsiderado é o temor de ser novamente preso pelo governo getulista. Situação que já não existia em 1946, pois Vargas havia deixado o poder. Além do que, o processo de criação em todas as obras de Graciliano, resulta “de redação vagarosa sempre permeado pela auto-exigência que o escritor se impõe, pela busca de uma maior exatidão e pelo controle exercido pelo criador.”(NERY, 1995: 86), Com *Memórias* não foi diferente, com a agravante que durante todo período de sua gestação, o escritor teve que lutar para sobreviver no Rio de Janeiro, tendo vários empregos simultâneos e ainda escrevendo contos e artigos para jornais e revistas, além de realizar outros projetos literários.

As representações que Graciliano Ramos teceu, em *Memórias*, não são neutras. Devemos lembrar que “as representações do mundo social (...) embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. (CHARTIER, 1988:17) Quando escreveu suas memórias o autor exprimiu as suas posições políticas, sociais e pessoais. Ele estava “lendo” a sociedade da qual fazia parte e considerando todos os referenciais da mesma, o que faz do seu livro, como de qualquer outro documento produzido pelo homem, testemunha de sua época.

O escritor tinha uma posição política muito bem definida: era comunista, membro do Partido, mas nem por isso seguia cegamente os ditames do mesmo, especialmente na produção de sua literatura, daí nos dizer que podia:

andar para a direita e para a esquerda como um vagabundo, deter-me em longas paradas, saltar passagens desprovidas de interesse, passear, correr, voltar a lugares conhecidos. Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como se os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo; ampliarei

insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isso me parecer conveniente. (RAMOS, 1996: I, 35-36).

Graciliano teceu seus personagens a partir da memória que guardava dos sujeitos e acontecimentos, já que não possuía mais as anotações produzidas durante o período do cárcere, perdidas dez anos antes por ocasião de mais uma transferência. Mesmo colocando que não se recordava de detalhes repetitivos, ele rememorou e recriou seus 237 tipos humanos com precisão (MORAES, 1992:225), buscando representá-los e aos acontecimentos com o máximo de fidelidade, sem ser piegas ou desqualificar as lembranças alheias que podiam ser diversas das suas. Ramos não contestava as lembranças produzidas por outros presos políticos, só esperava que não recusassem as suas. (RAMOS, 1996: I, 36)

Compõem sua narrativa sujeitos apanhados da realidade, como Capitão Lobo, que muito impressionou o escritor pelas suas maneiras educadas e por ter-lhe oferecido um empréstimo quando o escritor foi transferido do 20º Batalhão do Recife para destino então ignorado. Segundo o próprio Graciliano, o Capitão Lobo foi responsável por ele conseguir enxergar um pouco de nobreza em uma humanidade de bichos egoístas. (RAMOS, 1996: I, 113)

O escritor tinha verdadeira aversão às Forças Militares e a tudo lhe era relacionado, daí se surpreender quando um membro desta corporação teve uma atitude profundamente humana para com ele. Com relação a esse agrupamento social passaremos a destacar alguns valores e atitudes que lhes são marcantes e que aparecem no texto de Graciliano Ramos.

Os militares brasileiros têm uma longa história de identificação com o pensamento positivista tanto que, ao proclamarem a República, colocaram na bandeira o lema positivista de “Ordem e Progresso”. Este lema acabou sendo uma representação do próprio pensamento dos militares, na medida que justificou historicamente várias das suas intervenções na política brasileira, já que se consideram os defensores da “ordem” social e moral e do “progresso” econômico, alcançado dentro desta “ordem” indispensável.

Seguir este ideário positivista gera uma disciplina mecânica que não questiona ordens nem arbitrariedades. Quando algum membro da corporação chega a questioná-las, tornam-se subversivos e se não vencem acabam presos e descomissionados como os militares do 3º Regimento de Infantaria e da Escola de Aviação do RJ que, em 1935, promoveram uma quartelada contra Vargas e foram vencidos.

Mesmo que alguns segmentos militares comungassem as idéias revolucionárias que perpassavam o Brasil na década de trinta, a maioria deles não externava suas convicções ou não concordavam com o modo como esse ideário revolucionário estava sendo conduzido pelos civis. Podemos perceber está relutância em se alinhar com o pensamento revolucionário

nos diálogos travados entre o Capitão Lobo e Ramos, quando o primeiro dizia que respeitava as idéias do escritor, mas não concordava com elas. (RAMOS, 1 996: I, 80).

Em variadas passagens Ramos teceu representações sobre as Forças Armadas brasileiras. Analisando o movimento tenentista de trinta, no qual dezesseis soldados sob as ordens de Agildo Barata Ribeiro quiseram fuzilá-lo, apontou que pareceu-lhe

então que a demagogia tenentista, aquele palavreiro chocho, nos meteria no atoleiro. Ali estava o resultado: ladroagens, uma onda de burrice a inundar tudo, confusão, mal-entendidos, charlatanismo, energúmenos microcéfalos vestidos de verde a esgoelar-se em discursos imbecis, a semear delações. (RAMOS, 1996: I, 51)

O escritor percepcionava o Movimento Tenentista como uma organização corrompida que pouco pensava e, embora em discurso pregassem modificações como a moralização dos costumes políticos, na prática estavam longe disso. Postulava ainda que, mesmo assim, eram os militares que direcionavam o governo e estavam manobrando tudo nos bastidores. Ramos foi um observador arguto e crítico da realidade sócio-cultural brasileira e no que se refere à dimensão política fez questão de desmistificar a figura de Vargas, enfatizando que aquele era um marionete agindo em decorrência das determinações das nações estrangeiras e do direcionamento dado pelos militares (RAMOS, 1996: I, 291), não possuindo ação autônoma e independente, como propunha em discurso, para implementar totalmente seus planos desenvolvimentistas e nacionalistas.

No que se refere aos militares, a convivência mais íntima do escritor com esta categoria deu-se no Pavilhão dos Primários<sup>6</sup>, com “diversos militares implicados na sublevação do 3º Regimento e da Escola de Aviação (...), em geral considerados suspeitos” de insurreição contra o Estado. Foi ali que conheceu Agildo Barata Ribeiro e Walter Pompeu, entre outros. Estes militares, “tinham sido eliminados do exército, mas ainda vestiam fardas, hábitos da caserna; eram assíduos na ginástica, não se tinham eximido à hierarquia e à disciplina (...)”. Graciliano falou que estes davam-lhe “a impressão de olhar os paisanos com desdém, julgá-los fracos e imóveis: o espírito de casta permanecia.” (RAMOS, 1 996: I, 312-313).

No entanto, foi durante sua permanência na Colônia Correccional que Ramos conheceu os tipos militares mais repugnantes, o anspeçada Aguiar e o soldado Alfeu. Eles promoviam a violência gratuita para mostrar a sua superioridade sobre os presos. Ao lermos as descrições fortes que o escritor fez das ações destes militares, temos a impressão que estamos em um campo de concentração nazista. Vemos uma versão tupinambá destes, não menos horrível ou

---

<sup>6</sup> Nome dado ao conjunto de celas que serviram como cárcere dos presos políticos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro.

sádica e que, como registrou Graciliano, destoava da propalada índole pacífica brasileira e da brandura dos costumes pregada por tantos pensadores da nossa realidade. (RAMOS, 1996: II, 69) Neste ambiente fascista nada mais próprio que o discurso diário a que eram submetidos os presos: “Aqui não há direito. (...) Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer.” (RAMOS, 1996: II,69)

Assim, “várias pessoas que estavam ali sem processo” e sem julgamento, viram-se suprimidos de qualquer direito ouvindo o anúncio frio do desígnio de morte, podendo ser jogados e rolados no chão impunemente pelos soldados. Segundo Ramos “em vez de meter-nos em fornos crematórios iam destruir-nos pouco a pouco” (RAMOS, 1996: II, 69), transformando seres humanos em animais sem direitos, sem perspectivas, perdendo todos os contornos de civilidade, eram “bichos (...) num curral de arame farpado” um verdadeiro “rebanho de criaturas humanas”.(RAMOS, 1996: II, 16-17).

Cancelli explicita que as prisões da década de trinta assumiram um papel radicalizador, na medida em que retiravam do mundo dos vivos as categorias da população que eram indesejáveis ao projeto modernizador varguista. Elas se tornaram “um verdadeiro inferno. Funcionavam como lugar de reclusão e suplício”.(CANCELI, 1993:180) Um espaço no qual as pessoas eram expostas à tortura, as doenças, a fome e a maus tratos indescritíveis, em uma situação de impotência e desesperança. Uma das prisões mais temidas pelos encarcerados, por suas péssimas condições de vida, pela violência e o alto índice de mortalidade era a Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande-RJ. Esta Colônia fazia parte de um sistema maior de colônias agrícolas alocadas em ilhas<sup>7</sup> e que, segundo Rose, podem ter servido de “modelo” para os campos de concentração nazistas que estavam sendo construídos quando os brasileiros já estavam em plena atividade. (ROSE, 2001:136).

Graciliano passou onze dias na Colônia Correccional de Dois Rios, experiência que ele mesmo admitiu que o arrasou física e psicologicamente. Ir para a Colônia era um dos maiores medos dos presos, tanto que sempre que no Pavilhão dos Primários se lia uma lista de transferência, todos os encarcerados procuravam esconder o temor da Colônia falando em libertação. Na verdade tinham em mente o pavoroso Relatório Chermont (RAMOS, 1996: I, 323-331), no qual este contou toda a experiência de ser “hóspede” deste aparelho carcerário. O escritor não agiu diferentemente dos outros transferidos, sentiu-se perplexo, perguntou-se por que motivo mandá-lo para semelhante lugar e se questionou: “Tencionariam corrigir-me na Colônia? Havia lá uma escola. Iriam meter-me nessa escola, coagir-me a frequentar as aulas dos vagabundos e malandros?” (RAMOS, 1996: I, 375-376)

<sup>7</sup> Faziam parte deste sistema penal as colônias da Ilha das Flores – RJ e de Fernão de Noronha – PE.

Ramos conheceu vários vagabundos e malandros, nos cárceres por que passou. Convivendo com ladrões, intelectuais, delatores ou espiões, não se sentiu à vontade em nenhuma destas categorias sociais. Ele não conseguia vislumbrar-se como membro de nenhuma delas e sentia-se constrangido quando lhe davam alguma regalia, algo que não era dispensado a todos, como quando o padeiro do navio Manaus ofereceu-lhe seu “camarote” para escrever, ou quando declararam-no doente e o impediram de ir para os trabalhos forçados juntamente com os outros presos na Colônia. Apesar de não se adequar a nenhuma categoria social, Graciliano conviveu com representantes de todas e a todos observou com seu olhar crítico e coerente; circulou entre os extremos, sem perder-se como ser humano.

No Pavilhão dos Primários além de conviver com os militares, Ramos encontrou tipos humanos muito interessantes e fez de cada um análise criteriosa e direta, simpatizando com eles ou não. Sujeitos como Sérgio, Aporelly, Miranda, Desidério, Rodolfo Ghioldi e Valdemar Birinyi, só para citar alguns. Quase todos eram comunistas ou simpatizantes, muitos deles intelectuais conhecidos, políticos ou operários desconhecidos que a pena do escritor recriou com maestria.

Os comunistas brasileiros da década de 1930 elaboram suas ações, debates, práxis e aspirações a partir do ideário veiculado pelas Internacionais e pelo Partido Comunista Soviético, então dominados pelas leituras mecanicistas promovidas pelos partidários de Stalin que postulavam que o econômico detinha uma posição de superioridade sobre o social. Para estes comunistas a revolução só era possível em países que já houvessem passado por todos os estágios de desenvolvimento dos modos de produção, chegando finalmente ao capitalismo e a luta de classes entre proletários e burgueses que levaria a revolução proletária. No Brasil, lutava-se contra o imperialismo e a oligarquia feudal para assim desenvolver o capitalismo e depois implantar a ditadura do proletariado.

Postulavam que o Brasil de então não possuía uma classe proletária extensa e nem uma burguesia industrial suficientemente desenvolvida para, dialeticamente, criar os meios para o seu próprio fim. Logo, os comunistas lançavam-se a debates e conjecturas a respeito de qual era o modo de produção que imperava no Brasil e por quais meios e estratégias eles iriam apoiar o desenvolvimento econômico para que este levasse à revolução proletária. Historicamente a posição de alinhamento político dos comunistas, neste período, seguiu a da antiga União Soviética. Enquanto Getúlio mantinha o “namoro” com nazistas e fascistas durante o período da Segunda Guerra, os comunistas brasileiros ficaram contra seu governo, mas a partir do momento que ele se decidiu pelos Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética), passaram a apoiar Vargas, fazendo um discurso de que era necessário acabar com um mal maior e internacional para depois voltar-se para os problemas domésticos.

Podemos perceber que este universo sócio-cultural dos comunistas em seu debate anti-imperialista e anti-latifundiário, assim como certo alinhamento à burguesia progressista, influenciou algumas passagens de *Memórias do Cárcere*. Mas, citando apenas uma, ficaríamos com o poema composto pelo Capitão Mata que exortava a luta dos comunistas; ele pediu que Graciliano lhe ajudasse com a composição e deu-se o seguinte diálogo:

Concluído o trabalho, passou-me a folha:

— Veja se está bom.

Apontei um dos versos:

A burguesia, a burguesia...

— Esse ataque não fica direito. Os burgueses progressistas são nossos amigos.

— O imperialismo então?

— Exatamente, concordei rindo. O imperialismo serve. E não ofende a métrica.

— Não, dá oito sílabas.

— Trauteou:

O imperialismo, o imperialismo... (RAMOS, 1996: I, 226)

Além desses aspectos, muitas das idéias e dos pressupostos da visão materialista histórica de sociedade aparecem esparsos em *Memórias do Cárcere*. Como a passagem a seguir que expressa a opressão da mais-valia e a construção da ideologia:

Se o capitalista fosse um bruto, eu o toleraria. Aflige-me é perceber nele uma inteligência, uma inteligência safada que aluga outras inteligências canalhas. Esforço-me por alinhar esta prosa lenta, sairá daí um lucro, embora escasso – e este lucro fortalecerá pessoas que tentam oprimir-me. É o que me atormenta. Não é o fato de ser oprimido: é saber que a opressão se erigiu em sistema. (RAMOS, 1996: I, 111)

Ou ainda, a crença na revolução socialista e na inevitabilidade da ação dialética: “O que eu desejava era a morte do capitalismo, fim da exploração. Ideal? De forma nenhuma. Coisa inevitável e presente: o caruncho roía esteios e vigas da propriedade (...). De qualquer maneira rebentaria uma revolução de todos os demônios (...)”. (RAMOS, 1996: I, 119). Também trata da importância atribuída à propriedade pelo sistema capitalista. No Nordeste, segundo Graciliano, um assassino não recebia grande atenção da justiça, não era caçado nem morto, era um “instrumento da Providência”, pois a morte cedo ou tarde chega para todos. Já o ladrão era encarado de maneira diferente. Ele cometia o “delito máximo” de lesar a

propriedade e deveria ser morto a fim de resguardar a posição de quem é proprietário de algum bem. (RAMOS, 1996: I, 142).

Embora a maioria dos prisioneiros fosse comunista, estavam também presos nas teias do imaginário construído pelo varguismo, como no que se referia aos estrangeiros. Ramos mostrou-nos que a xenofobia também foi desenvolvida no pavilhão entre os próprios presos políticos. Nesse sentido, Sérgio (físico russo) e Rodolfo Ghioldi (argentino, secretário do Partido na Argentina), que inicialmente promoviam palestras, as quais o escritor muito admirava, passaram pouco a pouco a ser estigmatizados e não mais falaram em público. Conforme apontou Ramos, Rodolfo deixou de falar porque era estrangeiro e isso em “conseqüência do patriotismo idiota badalado”. (RAMOS, 1996: I, 316). Além do que eles eram os primeiros a serem torturados e transferidos em caso de qualquer tumulto no Pavilhão. Graciliano achava uma idiotice deixar que o “patriotismo badalado” dia e noite, tanto dentro como fora da prisão, impedisse pessoas tão capacitadas como Sérgio e Ghioldi de darem livre curso as suas idéias, em aulas e palestras, só porque eram estrangeiros.

Podemos perceber que Ramos era contrário ao “patriotismo idiota” e a xenofobia que grassava no país, mas também podemos levantar o problema de que ele pouco tocou nas questões do anti-semitismo, preferindo se ater mais àquelas referentes à categoria dos homossexuais e como estes eram vistos pela sociedade.

No quesito do anti-semitismo, apenas tocou de leve. Ao caracterizar Benjamin Schneider e os médicos Gikovate e Karacik, apontou que eles eram judeus. Graciliano também não era anti-semita e nem simpatizante da “amizade” entre o governo Vargas, a Alemanha e a Itália. Segundo ele o governo agia como se o Brasil fosse uma colônia da Alemanha ou da Itália. Nesse sentido construiu uma passagem irônica sobre a dependência do Brasil em relação à Itália: “a mulher do embaixador italiano fazia e desfazia, mandava e desmandava, isto era, na verdade, uma colônia bastante difícil”.(RAMOS, 1996: I, 291).

Mas não foi só de declarações irônicas que Ramos construiu suas opiniões a cerca deste relacionamento entre governos. Segundo ele esta relação de “subserviência das autoridades reles a um despotismo longínquo (...) [enchia-o] de tristeza e vergonha. Almas de escravos, infames; adulação torpe à ditadura ignóbil”.(RAMOS, 1996: II, 276). Eis a resposta indignada do escritor à extradição de Olga Benário (comunista alemã, companheira de Luís Carlos Prestes) e Elisa Berger para a Alemanha e ao período de “namoro” varguista com as duas ditaduras européias.

Elisa Berger e Olga Benário estiveram detidas na Casa de Correção do Rio de Janeiro, no Pavilhão 4, próximo ao ocupado por Ramos e outros presos políticos. No Pavilhão 4 encontravam-se também Valentina, Eneida, Cármem, Ghioldi, Maria Werneck, Rosa

Meireles, entre outras. Estas mulheres punham a prova à concepção que o regime varguista criava da mulher voltada apenas para o lar, submissa e sem conhecimentos intelectuais. As mulheres não eram consideradas seres políticos que tivessem idéias e contribuições importantes para o desenvolvimento sócio-cultural do Brasil, mas podiam ser presas, torturadas e mortas.

É interessante a caracterização que Graciliano Ramos teceu a respeito da mulher brasileira a partir da figura de sua esposa Heloísa Ramos. Em um primeiro momento ela foi caracterizada de acordo com a visão patriarcal do escritor e da sociedade: uma mulher frágil e ciumenta que lhe atormentava a vida. Ele nunca poderia imaginar que ela seguiria-o até o Rio e nem que lutaria tão bravamente pela sua libertação, percorrendo repartições sem fim, falando com ministros, buscando apoio na intelectualidade carioca para promover um movimento de escritores para soltá-lo. Heloísa foi à fortaleza na qual o escritor sustentou-se, movendo montanhas para libertá-lo, não medindo esforços para visitá-lo e para ajudar os outros presos, contrabandeando as correspondências dos presos durante suas visitas. Atitude temerária que poderia levá-la, assim como as outras mulheres de presos que a praticavam, para trás das grades.

Estas fases pelas quais passou a caracterização de Heloísa Ramos nos mostram que o escritor tinha plena noção de que as mulheres eram capazes, fortes e intelectualmente estimulantes, mesmo que ele achasse que “dois bichos de pensamento não devessem se casar” (RAMOS, 1996: I, 354). A trajetória de Heloísa pode ser vista como representativa da situação tradicional das mulheres na sociedade brasileira e das mudanças culturais que se operavam em suas formas de comportar e agir, adquirindo direito ao voto e podendo assim exercer um dos aspectos da cidadania que lhes era negado.

Outros sujeitos que o escritor encontrou, analisou e recriou foram Gaúcho e Cubano, ambos conhecidos na Colônia. Gaúcho lhe foi apresentado como ladrão e escrunchante (arrombador). Ele introduziu o escritor nas gírias e modos de agir da malandragem, contando-lhe suas aventuras e proporcionando-lhe um vasto material em que trabalhar. É patente a admiração de Graciliano pelo caráter de Gaúcho, pelo seu jeito aberto e sem subterfúgios. Já Cubano era o preso responsável pelo outros, o “cão de fila” dos guardas, possuindo enorme poder sobre os outros encarcerados. Eles tornaram-se amigos e Cubano dispensou-o das formaturas constantes, guardando-lhe os pertences para que os outros não os roubassem e até protegendo Ramos de si mesmo quando procurou levá-lo à força para se alimentar.

Em uma sociedade que buscava enaltecer o trabalho e o trabalhador como os maiores representantes e responsáveis pelo desenvolvimento da “nova nação”, os marginais,

vagabundos, delinquentes e desempregados não eram bem vistos. O governo, assim como a polícia, se preocupava com a

potencialidade de amotinamento desta massa e no fato de ela colocar em risco a representação criada para a sociedade em seu todo, onde as pessoas só poderiam e só deveriam reconhecer-se como trabalhadores e membros orgânicos de um corpo nacional. (CANCELLI, 1993:33).

Só o trabalhador era encarado como cidadão com plenos direitos, “os que não trabalhavam, os ‘ociosos’, não tinham direitos; não eram cidadãos mas, inimigos do Brasil; eles provocavam ‘dissídios no seio da grande família feliz dos brasileiros’. Eram ‘maus brasileiros’ e podiam ser punidos pelo pai.” (CAPELATO, 1998:178) Esta figura paterna, que pune ou premia comportamentos, era preenchida pela pessoa de Getúlio Vargas, que tinha pleno conhecimento das atrocidades e desmandos cometidos nas prisões e que fez uso do populismo para manter a população submissa, acreditando que ele olhava por todos os brasileiros que se enquadravam no seu projeto de um “novo homem” numa “nova nação”.

Este imaginário construído pelos ideólogos do Estado varguista não atingiu a todos. Não se enquadrar nos ditames da “nova ordem”, nem querer contribuir com a construção da “nova nação” pregada pelos varguistas, era uma forma de resistência e um caminho certo para a prisão. *Memórias do Cárcere* exemplifica na figura de Gaúcho, o ladrão malandro que tem orgulho de ser o que é e que se assume como tal. Para Gaúcho, só existiam dois tipos de homens, assim definidos nesta passagem: “Os homens, (...) dividem-se em duas categorias: malandros e otários, e os malandros nasceram para engrupir os otários”. (RAMOS, 1996: II, 92). Ele se considerava membro da primeira categoria e não queria deixar de ser ladrão, já que, como ele mesmo apontou, nunca teve “intenção de arranjar outro ofício, que não sei nada. Só sei roubar, muito mau: sou um ladrão porco. (RAMOS, 1996: II, 92-93)

Porém, não eram apenas os “malandros”, homens situados à margem da sociedade, inseridos em zonas de exclusão social, àqueles que não possuíam “outro ofício”, porque não sabiam “nada”, que paravam nas cadeias. Mesmo os trabalhadores poderiam ser encarcerados, bastava que se filiassem a um sindicato que não fosse controlado pelo governo, fizessem discursos ou promovessem greves contra o sistema. *Memórias do Cárcere* trás diversos exemplos destes trabalhadores politizados que acabaram indo parar na prisão. Para citar apenas um, poderíamos ficar com o estivador Desidério. Este foi apontado como um sujeito meio rude e direto, com ódio mortal aos burgueses. Quando anunciaram seu nome em uma das constantes listas de transferidos, ele assim se expressou, depois dos discursos animadores sobre liberdade dos presos do Pavilhão dos Primários:

Esse negócio de liberdade é conversa. Vamos deixar de tapeação.(...) Eu sei para onde vou, sim senhores. Vou para a Colônia, que é o meu lugar. Estive aqui por descuido, não é possível viver muito tempo com os senhores. (RAMOS, 1996: I, 331-332).

Foi na Colônia que o escritor tomou contato mais direto com um grupo ao qual mostrou franca repugnância - os homossexuais. Graciliano expressou seu posicionamento oscilando de uma atitude de nojo e horror pelos pederastas (termo usado na época) até outra, mais flexível, ao questionar sobre o julgamento que a sociedade fazia deles como “anomalias” a serem postas fora do convívio com as pessoas “normais”, já que representavam o ápice dos maus hábitos que a sociedade cristã gostaria de extirpar.

A primeira posição pode ser percebida na seguinte passagem: “Na verdade era impossível transformar-me, vencer o nojo que esses desvios me causavam. Era um nojo profundo e em vão buscava livrar-me dele”. (RAMOS, 1996: II,108 – grifo meu) Como se vê o escritor apesar de ter uma atitude aberta, “progressista” e até “moderna” sobre determinados assuntos, reproduzia valores que a sociedade da época pregava, vendo comportamentos e atitudes de seres humanos como “desvios”, já que em outra passagem diz que: “achamos aqueles invertidos pessoas vulgares submetidas a condições especiais: semelhantes aos que perderam num acidente olhos ou braços” (RAMOS, 1996: I, 310). Como se um comportamento homossexual fosse uma ação de seres “mutilados” ou “doentes”, mas esta postura é adequada ao ideário stalinista-lenista que via as questões da sexualidade como quesitos a serem desprezadas em prol da Revolução e que pensava a homossexualidade como “desvio” pequeno burguês frente a tantos outros problemas maiores, esses sim importantes, que afligiam a sociedade e que deveriam ser resolvidos.

Mas, por outro lado, o escritor avançou buscando refletir de forma mais profunda sobre o assunto, fazendo uma análise que buscou relativizar aquilo que antes parecia absoluto, quando admitiu que suas conclusões eram incompletas e movediças, já que lhe faltava a observação direta destes homens, era necessário vencer o nojo e buscar investigar o seu íntimo pois,

por que desprezá-los ou condená-los? Existem – e é o suficiente para serem aceitos. Preliminarmente lançamos opróbrio àqueles indivíduos. Por quê? Porque somos diferentes deles. Seremos diferentes, ou tornamo-nos diferentes? Além de tudo ignoramos o que eles têm no interior. (...).

Penso assim, tento compreendê-los – e não consigo reprimir o nojo que me inspiram, forte demais. Isto me deixa apreensivo. Será um nojo natural ou imposto?

Quem sabe se ele não foi criado artificialmente, com o fim de preservar o homem social, obrigá-lo a fugir de si mesmo? (RAMOS, 1996: I, 311).

Desta forma, de uma posição de estranhamento total frente ao “outro”, Graciliano caminhou rumo a relativização de suas convicções, inquirindo a si mesmo sobre os por quês das atitudes de não aceitação das diferenças; enfatizando a necessidade de compreendê-las e respeitá-las, assim como apontando o papel que a cultura forjada socialmente tem sobre nós, inclusive na definição de manifestações físicas, como o nojo, as quais julgamos serem apenas dadas pela natureza.

Como podemos perceber pelos tipos humanos aqui levantados, *Memórias do Cárcere* é um exemplo privilegiado para contradizer a doutrinação pregada pelos ideólogos do Estado Novo de um país monolítico, unidimensional, onde todas as classes estavam em vias de se harmonizar. As delações, as prisões, as torturas e as mortes nos cárceres desta ditadura provam que a resistência existia e Graciliano mostrou que ela não era feita contra o povo, mas buscava ajudá-lo, mesmo que a maioria da população só vislumbrasse nos comunistas, estrangeiros e desempregados, os perigos sociais que deveriam ser colocados atrás das grades das prisões comandadas por Felinto Müller.

Ramos deixou-nos um testemunho extenso, brilhante, denso e único sobre um período histórico marcante para a formação sócio-cultural do Brasil – o governo Vargas. Suas análises sobre acontecimentos e pessoas são feitas de maneira criteriosa e coerente, mas nunca totalmente objetivas, já que a subjetividade é um elemento impossível de ser extirpado de qualquer produção humana seja ela literária ou historiográfica. Isto porque um texto, “literário ou documental, não pode nunca anular-se como texto, ou seja, como um sistema construído consoante categorias, esquemas de percepção e de apropriação, regras de funcionamento, que remetem a sua própria condição de produção.” (CHARTIER, 1988:63)

Sua obra foi construída de maneira corajosa e necessária, já que, como ele mesmo coloca: “quem dormiu no chão duro deve lembrar-se disto, impor-se disciplina, sentar-se em cadeiras duras, escrever em tábuas estreitas. Escreverá talvez asperezas, mas é delas que a vida é feita; inútil negá-las, contorná-las, envolvê-las em gaze”.(RAMOS, 1996: I, 34) O resgate destas “asperezas” da prisão e do período anterior ao Estado Novo faz-se necessário a fim de desconstruir um imaginário popular alicerçado numa base que pregava a homogeneização, o nacionalismo em detrimento da diversidade de propostas e posturas frente ao social. A tarefa do historiador é desmontar estas construções buscando alargar a visão que temos de um passado tão próximo e importante para nossa formação sócio-cultural, resgatando as propostas que ficaram pelos caminhos da História.

**Referências:**

BASTOS, Hermenegildo J. M. **Memórias do Cárcere: literatura e testemunho**. Brasília: Ed. UNB, 1998.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da Era Vargas**. Brasília: Ed. UNB, 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas/S.P.: Ed. Papyrus, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

MORAES, Dênis de. **O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos**. R.J.: Ed. José Olympio, 1992.

NERY, Vanda Cunha Albieri. **Graça Eterno: no universo infinito da criação**. S.P.: PUC, 1995. Tese de Doutorado.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. 32ª ed., R.J.: Record, 1996. Vol. I e II.

ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas. Getúlio Vargas e controle social no Brasil: 1930-1945**. S.P.: Cia. das Letras, 2 001.